



SECRETARIA LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

ESTUDO DO [VETO Nº 18/2016](#)

Veto Parcial aposto ao [Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2014](#)
([nº 4.539/2008](#), na Casa de origem)

Quantidade de dispositivos vetados: 1

Norma jurídica gerada: [Lei nº 13.289, de 20 de março de 2016](#).

Veto aposto “por contrariedade ao interesse público”.

Autoria do projeto: Dep. Beto Albuquerque (PSB-RS).

Relatores na Câmara dos Deputados:

- Dep. Fátima Pelaes (PMDB-AP) – CSSF (projeto arquivado);
- Dep. Pastor Eurico (PSB-PE) – CSSF;
- Dep. Antonio Balhmann (PSB-CE) – CDEIC;
- Dep. Sandra Rosado (PSB-RN) – CCJC;
- Dep. Onofre Santo Agostini (PSD-SC) – CCJC/Redação Final.

Relatores no Senado Federal:

- Sen. Armando Monteiro (licenciado) – CAE;
- Sen. Douglas Cintra (por redistribuição) – CAE;
- Sen. Armando Monteiro (desligado da Comissão) – CAE;
- Sen. Elmano Férrer – CAE;
- Sen. Walter Pinheiro (relator “ad hoc”) – CAE;
- Sen. Elmano Férrer – CAS; e
- Sen. Ângela Portela – (Redação Final).

Explicação do veto:

O único dispositivo vetado traria a prerrogativa da empresa que aderisse ao programa de incentivo aos funcionários à doação de sangue e de medula óssea de ser citada em publicações promocionais oficiais.

* O comentário inserido à esquerda remete a dispositivos de lei relativos ao veto.

[B1] Comentário:

[Lei nº 13.289/2016](#)

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Selo Empresa Solidária com a Vida, destinado às empresas que desenvolvam programa de esclarecimento e incentivo aos seus funcionários para a doação de sangue e de medula óssea.

(...)

Art. 3º É prerrogativa da empresa que aderir ao programa:

- I - utilizar o Selo Empresa Solidária com a Vida em suas peças publicitárias;
II - (VETADO).

DISPOSITIVO VETADO		EXPLICAÇÃO	ORIGEM/JUSTIFICATIVA	RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO
1.	- Inciso II do art. 3º: “II - ser citada em publicações promocionais oficiais.”	Prerrogativa para empresa que aderisse ao programa de incentivo aos funcionários à doação de sangue e de medula óssea.	Origem: texto inicial . Justificativa: “incentivar e premiar as ações de empresas, do setor público e privado, que mais se destacarem em campanhas destinadas à multiplicação do número de doadores de sangue e medula óssea”.	“O dispositivo, ao conceder à empresa a prerrogativa de ser citada em publicações oficiais, é desproporcional, ao obrigar a citação de todas as empresas que aderirem ao programa, sem relacionar destinatários e custos. Além disso, a redação é genérica, não definindo as publicações promocionais e, portanto, inviabilizando a sua execução pelo Poder Público”. <i>(Ouvido, o Ministério da Justiça e Cidadania)</i>